

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

UP BRASIL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

**E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
EM 31 de DEZEMBRO DE 2023**

Conteúdo

| | |
|--|----|
| Relatório da Administração | 3 |
| Relatório dos auditores independentes | 4 |
| Balanco patrimonial | 7 |
| Demonstração dos resultados | 8 |
| Demonstração dos resultados abrangentes | 10 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido | 11 |
| Demonstração dos fluxos de caixa | 12 |
| Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras | |
| 1 Contexto operacional | 13 |
| 2 Base de preparação | 14 |
| 3 Sumário das principais políticas contábeis | 15 |
| 4 Caixa e equivalentes de caixa | 25 |
| 5 Ativos financeiros | 25 |
| 6 Contas a receber de clientes | 26 |
| 7 Cotas em fundos de investimentos em direitos creditórios | 28 |
| 8 Impostos e contribuições a recuperar | 29 |
| 9 Outros créditos | 29 |
| 10 Imposto de renda e contribuição social | 30 |
| 11 Imobilizado | 31 |
| 12 Intangível | 32 |
| 13 Fornecedores conveniados | 33 |
| 14 Créditos não consumidos pelos usuários | 33 |
| 15 Empréstimos e financiamentos | 34 |
| 16 Salários, provisões e encargos sociais | 34 |
| 17 Contingências | 35 |
| 18 Impostos e contribuições a recolher | 36 |
| 19 Outros débitos e valores | 37 |
| 20 Garantia de investimentos | 37 |
| 21 Partes relacionadas | 38 |
| 22 Patrimônio líquido | 39 |
| 23 Receita operacional | 40 |
| 24 Custos dos serviços prestados | 41 |
| 25 Despesas com pessoal | 41 |
| 26 Despesas gerais e administrativas | 42 |
| 27 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 42 |
| 28 Receitas (despesas) financeiras, líquidas | 43 |
| 29 Gerenciamento de riscos | 44 |
| 30 Eventos subsequentes | 50 |

Relatório de Administração

Atendendo às disposições legais e societárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. No exercício, a Up Brasil registou lucro líquido de R\$ 5.266 milhões, patrimônio líquido de R\$ 66.536 milhões e ativos totais de R\$ 363.815 milhões. O resultado apresentado vem consolidar o processo de reorganização societária iniciado em 2019, sempre com o olhar atento e constante de todo Comitê Executivo da Companhia aos processos e sistemas internos, estrutura, eficiência e evolução do negócio.

Em 2023, impactados pela nova regulação do PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador, mantivemos nosso foco em fortalecer nossa posição e em melhorar a experiência e satisfação de nossos clientes.

Sabemos que questões ainda pendentes de regulamentação como a interoperabilidade e a portabilidade podem trazer mudanças ao mercado de benefícios ao fornecerem mais flexibilidade e escolha para os trabalhadores e estamos atentos e confiantes de que tais medidas possam impulsionar a inovação e o crescimento do setor de benefícios.

Ao encerrarmos o exercício social, registamos os agradecimentos da Administração aos funcionários, pela dedicação e empenho, e a todos os nossos parceiros, fornecedores e clientes pelo apoio e confiança depositados.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

A Administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos sócios e administradores da
UP Brasil Administração e Serviços Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da UP Brasil Administração e Serviços Ltda. (“Companhia”), identificadas como “Controladora” e “Consolidado”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da UP Brasil Administração e Serviços Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Barueri, 12 de abril de 2024

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

DocuSigned by:

Douglas Souza de Oliveira

823E6D3FC28C4F6...

Douglas Souza de Oliveira
Contador CRC 1SP191325/O-0

UP Brasil Administração e Serviços Ltda.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

| Ativos | Nota | Controladora | | Consolidado | | Passivos | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|------|----------------|----------------|----------------|----------------|--|------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Ativo circulante | | | | | | Passivo circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 67.224 | 36.609 | 93.132 | 43.250 | Fornecedores conveniados | 13 | 146.885 | 136.970 | 146.885 | 136.970 |
| Ativos financeiros | 5 | 14.642 | 13.203 | 15.637 | 14.082 | Créditos não consumidos pelos usuários | 14 | 70.959 | 63.814 | 70.959 | 63.814 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 105.189 | 161.779 | 181.064 | 220.940 | Salários, provisões e encargos sociais | 16 | 6.492 | 6.803 | 6.492 | 6.803 |
| Valores a receber de partes relacionadas | 21 | - | - | - | - | Impostos e contribuições a recolher | 18 | 1.430 | 1.049 | 1.430 | 1.049 |
| Fundos de investimentos em direitos creditórios | 7 | 102.574 | 66.571 | - | - | Empréstimos e financiamentos | 15 | - | 608 | - | 608 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 8 | 1.535 | 4.781 | 1.535 | 4.781 | Valores a pagar a partes relacionadas | 21 | 240 | 934 | 240 | 934 |
| Outros créditos | 9 | 18.977 | 14.893 | 18.977 | 14.893 | Garantia de investimentos | 20 | 13.123 | 11.853 | 13.123 | 11.853 |
| | | | | | | Outros débitos e valores | 19 | 19.804 | 29.329 | 20.008 | 29.439 |
| Total do ativo circulante | | 310.141 | 297.836 | 310.345 | 297.946 | Total do passivo circulante | | 258.933 | 251.360 | 259.137 | 251.470 |
| Ativo não circulante | | | | | | Passivo não circulante | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 10 | 42.269 | 44.973 | 42.269 | 44.973 | Empréstimos e financiamentos | 15 | - | 10.000 | - | 10.000 |
| Garantia financeira com contingências | 17 | 524 | 524 | 524 | 524 | Valores a pagar a partes relacionadas | 21 | 4.271 | 11.944 | 4.271 | 11.944 |
| Imobilizado | 11 | 3.175 | 11.649 | 3.175 | 11.649 | Provisões para contingências | 17 | 34.075 | 28.904 | 34.075 | 28.904 |
| Intangível | 12 | 7.706 | 8.496 | 7.706 | 8.496 | | | | | | |
| Total do ativo não circulante | | 53.674 | 65.642 | 53.674 | 65.642 | Total do passivo não circulante | | 38.346 | 50.848 | 38.346 | 50.848 |
| Total do ativo | | 363.815 | 363.478 | 364.019 | 363.588 | Patrimônio líquido | | | | | |
| | | | | | | Capital social | 22 | 154.946 | 154.946 | 154.946 | 154.946 |
| | | | | | | Reserva especial ágio na incorporação | 10 | 42.885 | 42.885 | 42.885 | 42.885 |
| | | | | | | Prejuízos acumulados | | (131.295) | (136.561) | (131.295) | (136.561) |
| | | | | | | Total do patrimônio líquido | | 66.536 | 61.270 | 66.536 | 61.270 |
| | | | | | | Total do passivo e patrimônio líquido | | 363.815 | 363.478 | 364.019 | 363.588 |

UP Brasil Administração e Serviços Ltda.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|-------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Receita bruta de serviços | | 110.786 | 120.734 | 147.767 | 149.531 |
| Descontos incondicionais concedidos | | (17.341) | (32.524) | (17.341) | (32.524) |
| Impostos sobre receita | | (10.596) | (10.306) | (10.596) | (10.306) |
| Receita líquida | 23 | 82.849 | 77.904 | 119.830 | 106.701 |
| Custo dos serviços prestados | 24 | (35.725) | (36.095) | (35.725) | (36.095) |
| Lucro bruto | | 47.124 | 41.809 | 84.105 | 70.606 |
| Despesas com pessoal | 25 | (45.449) | (43.834) | (45.449) | (43.834) |
| Provisão para perdas | 26 | 33.821 | (1.876) | 32.656 | 719 |
| Despesas com vendas | | (44.605) | (6.523) | (44.605) | (6.523) |
| Despesas operacionais | | (13.779) | (13.027) | (13.779) | (13.027) |
| Despesas administrativas | | (5.661) | (5.672) | (6.825) | (6.552) |
| Despesas tributárias | | (867) | (598) | (867) | (598) |
| Despesas gerais e administrativas | 26 | (64.912) | (25.822) | (66.076) | (26.700) |
| Amortização e depreciação | 11/12 | (6.300) | (14.338) | (6.300) | (14.338) |
| Outras receitas | | 2.470 | 6.875 | 2.481 | 6.884 |
| Outras Despesas | | (15.195) | (59.932) | (15.197) | (59.934) |
| Outras receitas (Despesas) | 27 | (12.725) | (53.057) | (12.716) | (53.050) |
| Resultado antes das receitas (Despesas) financeiras líquidas e impostos | | (48.441) | (97.118) | (13.780) | (66.597) |
| Receitas financeiras | | 59.053 | 56.140 | 24.392 | 25.624 |
| Despesas financeiras | | (2.642) | (6.261) | (2.642) | (6.266) |
| Resultado financeiro | 28 | 56.411 | 49.879 | 21.750 | 19.358 |
| Resultado de equivalência patrimonial | | - | - | - | - |

UP Brasil Administração e Serviços Ltda.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

(continuação)

| | | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|---|-------------|---------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | <u>Nota</u> | <u>2023</u> | <u>2022</u> | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
| Resultado antes dos impostos | | 7.970 | (47.239) | 7.970 | (47.239) |
| Imposto de renda e contribuição social - Corrente | 10 | - | - | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social - Diferido | 10 | (2.704) | (4.314) | (2.704) | (4.314) |
| | | (2.704) | (4.314) | (2.704) | (4.314) |
| Lucro/ (Prejuízo) do exercício | | 5.266 | (51.553) | 5.266 | (51.553) |
| Lucro/ (Prejuízo) por quota - (154.945.921 quotas, em R\$) | | (0,0000340) | 0,0003501 | (0,0000340) | 0,0003501 |

UP Brasil Administração e Serviços Ltda.

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais)

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|---------------------------------------|---------------------|------------------------|---------------------|------------------------|
| | <u>2023</u> | <u>2022</u> | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
| Lucro/ (Prejuízo) do exercício | 5.266 | (51.553) | 5.266 | (51.553) |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - |
| Resultado abrangente total | <u>5.266</u> | <u>(51.553)</u> | <u>5.266</u> | <u>(51.553)</u> |

UP Brasil Administração e Serviços Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

| | <u>Nota</u> | <u>Capital social</u> | <u>Reservas de capital</u> | <u>Lucros (Prejuízos) acumulados</u> | <u>Patrimônio líquido atribuído aos controladores</u> | <u>Total</u> |
|---|-------------|-----------------------|----------------------------|--------------------------------------|---|-----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | | 147.246 | 42.885 | (85.008) | 105.123 | 105.123 |
| Aumento de capital | | 7.700 | - | - | 7.700 | 7.700 |
| Prejuízo do exercício | | - | - | (51.553) | (51.553) | (51.553) |
| Total de contribuições, distribuições e constituição de reservas | | 7.700 | - | (51.553) | (43.853) | (43.853) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | | 154.946 | 42.885 | (136.561) | 61.270 | 61.270 |
| Aumento de capital | | - | - | - | - | - |
| Lucro do exercício | | - | - | 5.266 | 5.266 | 5.266 |
| Total de contribuições, distribuições e constituição de reservas | | - | - | 5.266 | 5.266 | 5.266 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | | 154.946 | 42.885 | (131.295) | 66.536 | 66.536 |

UP Brasil Administração e Serviços Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | | |
| Lucro/ (Prejuízo) do exercício | 5.266 | (51.553) | 5.266 | (51.553) |
| Ajustes para: | | | | |
| Depreciação e amortização | 6.300 | 14.338 | 6.300 | 14.338 |
| Provisão para contingências | 12.764 | 12.729 | 12.764 | 12.729 |
| Equivalência patrimonial | - | - | - | - |
| Provisão para perdas esperadas | (33.821) | 1.876 | (32.656) | (719) |
| Provisões para contas a pagar | 6.261 | 6.476 | 6.261 | 6.476 |
| Resultado de variação cambial | (36) | (554) | (36) | (554) |
| Provisão para pagamento de PLR | 1.272 | 1.010 | 1.272 | 1.010 |
| Provisão de juros com partes relacionadas | 678 | 1.089 | 678 | 1.089 |
| Ganho ou perda na baixa de imobilizado | (2.205) | - | (2.205) | - |
| Perda na baixa de outros ativos | (38.022) | (102) | (38.022) | (102) |
| Crédito tributário | 2.704 | 4.314 | 2.704 | 4.314 |
| Ajustes sobre o prejuízo | -44.104 | 41.176 | -42.939 | 38.581 |
| Variações em: | | | | |
| Ativos financeiros | (1.439) | 116 | (1.555) | 14 |
| Contas a receber de clientes | 128.433 | (36.683) | 110.554 | (47.390) |
| Fundos de investimentos em direitos creditórios | (36.003) | (16.161) | - | - |
| Outros créditos | (4.083) | 4.516 | (4.083) | 4.516 |
| Impostos a recuperar | 3.246 | 4.279 | 3.246 | 4.279 |
| Garantia financeira com contingências | - | - | - | - |
| Partes relacionadas | (9.009) | (8.177) | (9.009) | (8.177) |
| Fornecedores conveniados | 9.915 | 8.442 | 9.915 | 8.442 |
| Créditos não consumidos pelos usuários | 7.145 | 6.245 | 7.145 | 6.245 |
| Salários, provisões e encargos sociais | (1.583) | (438) | (1.583) | (438) |
| Impostos e contribuições a recolher | 381 | 33 | 381 | 33 |
| Pagamento de contingências | (7.593) | (8.036) | (7.593) | (8.036) |
| Outros débitos e valores | (15.786) | 11.841 | (15.692) | 11.799 |
| Garantia de Investimentos | 1.270 | 817 | 1.270 | 817 |
| Fluxo de caixa proveniente das (Utilizado nas) atividades operacionais | 74.894 | (33.206) | 92.996 | (27.896) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | | | |
| Aquisição de imobilizado | (2.058) | (6.348) | (2.058) | (6.348) |
| Aquisição de intangível | (2.080) | (2.338) | (2.080) | (2.338) |
| Baixa / Alienação de imobilizado | 9.423 | 877 | 9.423 | 877 |
| Baixa / Alienação de intangível | (117) | 46.179 | (117) | 46.179 |
| Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento | 5.168 | 38.370 | 5.168 | 38.370 |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | (10.608) | (3.050) | (10.608) | (3.050) |
| Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas | - | 7.700 | - | 7.700 |
| Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento | (10.608) | 4.650 | (10.608) | 4.650 |
| Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa | 30.615 | (563) | 49.882 | 2.152 |
| Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro | 36.609 | 37.172 | 43.250 | 41.098 |
| Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro | 67.224 | 36.609 | 93.132 | 43.250 |
| Variação no caixa e equivalentes de caixa | 30.615 | (563) | 49.882 | 2.152 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A UP Brasil Administração e Serviços Ltda. (“Companhia”), situada no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.306, conjunto 51, sala 01, Jardim Paulistano, São Paulo, tem como principal objeto social a prestação de serviços na implantação, intermediação, administração e fiscalização de sistemas e/ou contratos de convênio de qualquer natureza, por meio de intermediação e fornecimento, às empresas clientes de cheques, cartões, vales e cupons, impressos em papel ou plástico, oriundos de tecnologia adequada, destinados à aquisição de refeições prontas ou gêneros alimentícios “in natura”, e combustível em estabelecimentos fornecedores de bens e serviços, como restaurantes, bares, hotéis, supermercados, livrarias, postos de gasolina entre outros, por seus funcionários.

A Companhia foi adquirida em 31 de maio de 2015 por meio da holding nacional CDHI Brasil Participações Ltda. (“CDHI”) da Up Groupe Internationale (antes Le Chèque Déjeuner) Companhia francesa, a qual é uma das três maiores empresas do mundo no setor de benefícios.

Em 17 de janeiro de 2016 a Up Groupe Internationale criou a Up Groupe Invest Participações Ltda (holding) através da cessão integral de suas cotas da CDHI Brasil Participações Ltda. Em 18 de março de 2016, a Up Groupe Invest Participações Ltda. tornou-se acionista da FBR Soluções e Participações S.A. (“FBR”) ao ceder a integralidade de suas cotas da CDHI Brasil Participações Ltda. Dessa forma, a CDHI passou a ser controlada direta da FBR. Em setembro de 2018, a FBR aumentou o capital de sua controlada Up Brasil - Policard Systems e Serviços S.A (“Up Policard”) através da cessão integral da sua participação na CDHI, Com isso, a CDHI passar a ser controlada direta da Up Policard.

Em 2019 iniciou-se um processo de Reorganização Societária envolvendo as empresas que integravam o Grupo UP Brasil, visando maior sinergia operacional. Dentro deste contexto, ocorreram os seguintes eventos societários:

- Em 01 de maio de 2019 a Companhia incorporou sua coligada UP Brasil - Empório Card Ltda;
- Em 01 de dezembro de 2019, a Companhia incorporou sua controladora direta CDHI (incorporação reversa), passando assim a ser controlada direta da UP Brasil - Policard Systems e Serviços S.A. (“Up Policard”), até então controlada direta da Up Policard;
- Em 01 de janeiro de 2020, a Companhia incorporou sua controladora direta Up Policard (incorporação reversa). Com essa incorporação, a Companhia passou a ser controlada direta da FBR Soluções Participações S.A., até então controladora direta da UP Policard, e passou também a controlar a empresa Soft Pro Tecnologia Ltda, até então controlada direta da UP Policard;

- Em 01 de fevereiro de 2020 a Companhia cedeu e transferiu, a título de compra e venda, suas quotas totalmente integralizadas da empresa Soft Pro Tecnologia Ltda para os demais sócios pessoas físicas conforme detalhado na 13ª Alteração Societária.

Relação de entidades controladas e consolidadas

Com a incorporação da Up Policard, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

- FIDC Policard II do qual a Companhia é detentora de 100% das cotas em 2023 (100% em 2022).

Para mais informações sobre o referido Fundo em Direitos Creditórios, vide Nota Explicativa nº 7.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade - Em relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 12 de abril de 2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentados na Nota Explicativa nº 3.

Em 2023 não foram identificadas alterações relevantes nos pronunciamentos contábeis que impactassem diretamente as demonstrações financeiras da Companhia. Durante o exercício presente, não houve alterações significativas no CPC que exigissem ajustes ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras. A Companhia continuou a cumprir integralmente todas as obrigações legais e regulatórias aplicáveis, mantendo-se em conformidade com as normas contábeis e fiscais em vigor.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas está de acordo com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 6 - Contas a receber de clientes: mensuração da provisão para perdas esperadas dos recebíveis
- Nota Explicativa nº 10 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: reconhecimento do ativo fiscal diferido
- Nota Explicativa nº 11 - Imobilizado: utilização de taxas de depreciação diferenciadas da taxa fiscal
- Nota Explicativa nº 12 - Intangível: utilização de taxas de amortização diferenciadas da taxa fiscal
- Nota Explicativa nº 17 - Contingências: mensuração do valor de provisão de contingências
- Nota Explicativa nº 29 - Gerenciamento de riscos: premissas da estimativa de valor justo dos instrumentos financeiros

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os empréstimos e recebíveis, reconhecidos nos balanços patrimoniais.

3 Sumário das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta aos — ou tem direito sobre os — retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência às políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia consolida as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Policard II (“FIDC Policard II”), uma vez que este representa entidade de propósito específico, em que as atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais da Companhia.

No processo de consolidação do FIDC Policard II, foram realizadas, quando aplicável, eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Companhia e os fundos.

(ii) *Perda de controle*

Quando da perda de controle, A Companhia desreconhece os ativos e os passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se A Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) *Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial*

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais A Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou no prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora os investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Instrumentos financeiros

Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro deve ser reconhecido de acordo com a estratégia de negócio, podendo ser: a custo amortizado; valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”); ou valor justo por meio de resultado (“VJR”). Não houve impactos relevantes notados para a classificação de Instrumentos Financeiros próprios em função da adoção do CPC 48.

Segundo o CPC 48, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e mensurados pelo custo amortizado. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria “Outros passivos financeiros”.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e os instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, A Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - Mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso não atenda aos critérios de classificação de mensuração pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O contas a receber é avaliado pelo valor da prestação do serviço e inclui, também, créditos por serviços prestados e não faturados até a data do balanço.

A provisão para perdas estimadas é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

O cálculo do ajuste a valor presente não apresentou valores relevantes a serem contabilizados.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados nas obrigações de curto prazo.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos - Mensuração*

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c. *Provisão para perdas esperadas*

A Companhia faz a análise de seus clientes e suas devidas movimentações e pagamentos, e registra provisão baseada em estimativas ponderadas pela probabilidade de não pagamento por faixa de vencimento, consoante ao CPC 48, exceto nos casos em que exista acordo com os clientes.

Conforme facultado pelo CPC 48, a Companhia utiliza o expediente prático no cálculo da provisão para perdas esperadas, que é efetuado com base em estimativas ponderadas pela probabilidade de não pagamento por faixa de vencimento (*aging list*), segmentado pelas linhas de serviço da Companhia. Os valores de provisão registrados são a diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa esperados pela Companhia.

d. *Imobilizado***(i) *Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico deduzido de depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- Os custos de materiais e de mão de obra direta;

- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessária para que esse seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração; e
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, estas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Em 2023, em virtude da descontinuidade do produto “correspondente bancário”, a Companhia baixou o imobilizado registrado nas rubricas de “máquinas e equipamentos” e “terminais de pagamento - POS”, cujos bens estavam ligados diretamente a essa atividade. Os movimentos de baixa do imobilizado e suas respectivas depreciações estão evidenciados na nota explicativa nº 11.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data de aquisição em que são instalados e estejam disponíveis para uso.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

| Bens | Vida útil (anos) |
|---|--------------------------------------|
| Edificações e Benfeitorias | De acordo com o contrato de locação. |
| Instalações | 10 |
| Equipamentos de informática e telefonia | 03 - 10 |
| Máquinas e Equipamentos | 04 - 10 |
| Móveis e utensílios | 10 |
| Veículos | 05 |

Quando existentes, ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

e. Arrendamento mercantil

Quando existentes, os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor entre: valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado

são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os juros implícitos no passivo, reconhecidos de empréstimos e financiamentos, são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2020. O pronunciamento apresenta um único modelo de arrendamento que consiste em reconhecer os arrendamentos com ativos identificados, com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais, inicialmente no ativo e passivo a valor presente e reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma foram avaliados e devidamente implementados em conformidade com os itens 3 e 4, apêndice “C”, desse pronunciamento e conforme a definição do expediente prático. O resultado da aplicação da norma está apresentado nas notas explicativas 11, 19 e 28.

f. Intangível

O intangível corresponde a ativos identificáveis sem substância física, os quais estão em poder da Companhia, possuem benefícios econômicos futuros previstos e retornos para serem usados em período superior a um ano. O reconhecimento inicial acontece quando há benefícios econômicos futuros prováveis e quando o custo pode ser mensurado de forma confiável.

Os ativos imobilizados e intangíveis devem ter o seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Em 2023 não ocorreram eventos que indicassem perdas.

Em 2022, após avaliação minuciosa dos intangíveis “Relacionamento com clientes” e “Marcas e Patentes” registrados em função da aquisição das empresas Planinvesti Adm e Serviços Ltda (Plan Vale) e Empório Card Ltda. (Vale Mais), foi possível identificar que estas não geram benefício econômico futuro. As análises da Administração, detalhadas em memorando interno, ratificam a consolidação da marca Up Brasil e uma carteira de clientes não mais vinculada às marcas das empresas adquiridas. Sendo assim, e em cumprimento com o CPC 01(R1), a Companhia realizou as baixas destes intangíveis, conforme descrito na nota explicativa 12.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados com base na sua utilização efetiva ou em método que reflita o benefício econômico do ativo correspondente. A amortização é calculada sobre o valor de custo deste ativo intangível, ou sobre outro valor que substitua o valor de custo, menos o valor residual deste ativo intangível. A Companhia revisa anualmente as principais premissas, e alterações de vida útil e valor residual são tratados como mudanças de estimativa contábil.

| Intangível | Vida Útil |
|--------------------------|------------------|
| Sistemas e aplicativos | 5 a 7 anos |
| Carteira de clientes | 1 a 1,5 ano |
| Acordo de não competição | 7,5 a 9 anos |

g. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**(i) Ativos financeiros não derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que A Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, A Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou a UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos os custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(iii) Ativos imobilizados e intangíveis

Os ativos imobilizados e intangíveis devem ter o seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Como mencionado no item f. desta nota, em 2023 a Companhia realizou as baixas dos intangíveis “Marcas e Patentes” e “Relacionamento com Clientes” uma vez que não se identificam benefícios econômicos futuros nestes ativos.

h. Estoque

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Quando a Companhia espera que parte ou toda provisão possa ser reembolsada, por exemplo, no âmbito de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando a expectativa de reembolso é praticamente certa.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 6:** Provisão para perdas esperadas
- **Nota 17:** Provisão para contingências

j. Provisões para contingências

As provisões para contingências, de quaisquer naturezas, são reavaliadas periodicamente pela Administração. As contingências de natureza judicial são avaliadas pelas possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. Já as contingências para contrato oneroso são avaliadas pelo benefício econômico gerado em se cumprir determinado contrato. As

contingências são registradas de acordo com o estabelecido no CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões para contingências em processos judiciais são constituídas sempre que a perda é avaliada como provável, o que ocasionaria a provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos são mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras e os classificados como de perda remota não são provisionados, nem divulgados.

k. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados, inclusive plano de participação nos resultados

A Companhia possui planos de benefícios a empregados incluindo assistência médica e assistência odontológica além de plano de participação nos resultados. São concedidos basicamente em bases mensais sendo reconhecidos contabilmente desta forma. Não existem benefícios pós-emprego, fundo de pensão ou outros benefícios que requeiram tratamento contábil específico.

l. Imposto de renda e contribuição social

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia avaliou as alterações introduzidas pelo ICPC 22 que trata da incerteza sobre tratamento de tributos sobre o Lucro e concluiu que sua adoção não trará impactos significativos em relação à questionamentos por parte das autoridades fiscais e tributárias, visto que todas as adições e exclusões estão seguindo criteriosamente a legislação tributária que as rege. Sendo assim, considerou que é altamente provável que todas sejam aceitas.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e em empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível;
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

m. Reconhecimento de receitas

A partir de janeiro de 2018 passou a vigorar nova norma do comitê de pronunciamento contábil, o CPC 47. Esta norma introduz uma estrutura extensiva para determinar quando e se uma receita será reconhecida, além de sua mensuração. O princípio fundamental do CPC 47 é o reconhecimento da receita quando as mercadorias ou serviços são transmitidos para o cliente, ao preço da transação. O momento de reconhecimento da receita de contratos com clientes, é quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços adquiridos.

A Companhia avaliou as alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos significativos em relação ao momento para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, visto que já são registradas no momento em que o controle, os benefícios e direitos decorrentes da prestação do serviço fluem para os clientes, ou seja, na realização da transação.

Em nenhum dos contratos foi identificado componente significativo de financiamento.

Serviços prestados

As receitas relativas aos serviços são contabilizadas pelos valores definidos em contrato na data da prestação do serviço e se compõem de receita de manutenção, taxa de administração de convênio com estabelecimentos credenciados, aluguel, receita de captura de transação eletrônica, entre outras. Todos os serviços são faturados mensalmente. Os serviços prestados entre a data de

faturamento e o final de cada mês são calculados e contabilizados como receita no mês da prestação do serviço.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização ou na mensuração de seu valor.

n. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem juros sobre receitas em investimentos realizados pela Companhia (incluindo aplicações financeiras em fundo de investimentos em direitos creditórios), ajustes ao valor presente de ativos financeiros e alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados a valor justo através do resultado.

Despesas financeiras compreendem despesas com juros de empréstimos e financiamentos, atualizações monetárias de tributos parcelados e provisões para contingências e alterações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência.

4 Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|--------------|--------|-------------|--------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Caixa em espécie | - | 12 | - | 12 |
| Caixa e bancos | 16.770 | 7.858 | 16.776 | 7.880 |
| Aplicações financeiras | 50.454 | 28.739 | 76.356 | 35.358 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 67.224 | 36.609 | 93.132 | 43.250 |

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor se resgatadas antes do vencimento. As aplicações financeiras referem-se à aplicação automática, operações compromissadas de debêntures e CDBs indexadas na faixa de 89% a 101% em 2023 (89% em 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações são realizadas com instituições de primeira linha para minimizar o risco de crédito, política essa adotada pela Companhia no gerenciamento desses ativos financeiros. A exposição a riscos em ativos financeiros está divulgada na Nota Explicativa nº 29.

5 Ativos financeiros

Apresentamos, abaixo, a composição das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Aplicação em títulos privados (i) | 1.536 | 1.371 | 1.536 | 1.371 |
| Aplicação em títulos públicos (ii) | - | - | 995 | 879 |
| Aplicações em fundos de investimento restrito (iii) | 13.106 | 11.832 | 13.106 | 11.832 |
| | <u>14.642</u> | <u>13.203</u> | <u>15.637</u> | <u>14.082</u> |

- (i) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são representados por CDBs que remuneravam entre 90 % e 101 % do DI.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2023 é representado por títulos do Tesouro Nacional.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 refere-se a cotas de fundo de investimentos que tem por objetivo acompanhar a variação da Selic investindo no mínimo 95% de sua carteira em cotas do BNP Paribas Master Cash DI FI Referenciado, que investe, exclusivamente, em títulos públicos federais de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil, pré-fixados ou indexados à variação do DI ou ainda por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Aplicação realizada para cumprir exigências da garantia financeira descrita na nota explicativa 20.

6 Contas a receber de clientes

O contas a receber de clientes refere-se a recebíveis dos produtos da Companhia, sendo benefícios como: alimentação, refeição, combustível, vale transporte, convênio entre outros.

A composição por idade dos valores a receber está apresentada a seguir:

| | Controladora | | | | | |
|----------------------|----------------|-----------------|----------------|----------------|-----------------|----------------|
| | 2023 | | | 2022 | | |
| | Carteira | Provisão | Saldo Líquido | Carteira | Provisão | Saldo Líquido |
| Vendas a faturar (i) | 13.353 | - | 13.353 | 26.623 | - | 26.623 |
| A vencer | 78.653 | (932) | 77.721 | 120.087 | (856) | 119.231 |
| Vencidos | | | | | | |
| Até 30 dias | 6.779 | (435) | 6.344 | 5.515 | (183) | 5.332 |
| De 31 a 60 dias | 1.581 | (596) | 985 | 791 | (163) | 628 |
| De 61 a 90 dias | 627 | (330) | 297 | 384 | (245) | 139 |
| De 91 a 120 dias | 753 | (577) | 176 | 363 | (112) | 251 |
| De 121 a 150 dias | 690 | (581) | 109 | 377 | (337) | 40 |
| De 151 a 180 dias | 493 | (432) | 61 | 267 | (234) | 33 |
| Acima de 180 dias | 55.230 | (49.087) | 6.143 | 94.162 | (84.660) | 9.502 |
| | 158.159 | (52.970) | 105.189 | 248.569 | (86.790) | 161.779 |

- (i) Refere-se aos créditos liberados nos cartões dos usuários no último dia do ano e cujo faturamento ocorre após a devida confirmação do pagamento em conta bancária UP. As receitas advindas desses pedidos foram devidamente registradas em cada exercício correspondente conforme mencionado na nota 3(m).

| | Consolidado | | | | | |
|-------------------|--------------------|-----------------|----------------------|-----------------|------------------|----------------------|
| | 2023 | | | 2022 | | |
| | Carteira | Provisão | Saldo Líquido | Carteira | Provisão | Saldo Líquido |
| Vendas a faturar | 13.353 | - | 13.353 | 26.623 | - | 26.623 |
| A vencer | 149.208 | (932) | 148.276 | 176.411 | (856) | 175.555 |
| Vencidos | | | - | | - | - |
| Até 30 dias | 10.893 | (479) | 10.414 | 8.562 | (183) | 8.379 |
| De 31 a 60 dias | 3.265 | (1.560) | 1.705 | 2.634 | (453) | 2.181 |
| De 61 a 90 dias | 918 | (383) | 535 | 842 | (309) | 533 |
| De 91 a 120 dias | 1.054 | (647) | 407 | 802 | (209) | 593 |
| De 121 a 150 dias | 985 | (658) | 327 | 799 | (436) | 363 |
| De 151 a 180 dias | 759 | (459) | 300 | 724 | (676) | 48 |
| Acima de 180 dias | 82.778 | (77.031) | 5.747 | 118.348 | (111.683) | 6.665 |
| | 263.213 | (82.149) | 181.064 | 335.745 | (114.805) | 220.940 |

A movimentação da provisão para perdas esperadas está apresentada a seguir:

| | Controladora | Consolidado |
|--|---------------------|--------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | (84.914) | (115.525) |
| (+) Adições | (9.745) | (10.465) |
| (-) Reversões | 6.888 | 10.204 |
| (-) Baixas para prejuízo (perdas) | 981 | 981 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | (86.790) | (114.805) |
| (+) Adições | (7.168) | (7.168) |
| (-) Reversões | 2.960 | 1.796 |
| (-) Baixas para prejuízo (perdas) (i) | 38.028 | 38.028 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | (52.970) | (82.149) |

- (i) A Companhia realizou estudo minucioso sobre o contas a receber junto a empresa terceira de cobrança e identificou títulos incobráveis. Esses títulos foram baixados pela Companhia para perdas, visto a probabilidade remota de recebimento. O impacto no resultado foi nulo visto que os títulos já se encontravam na PDD, e foram revertidos e contabilizados na rubrica de perdas. Além do estudo, a Companhia adotou a premissa de idade dos títulos para a baixa, visto que eram títulos vencidos de longa data e oriundos das aquisições da reorganização societária.

A exposição da Companhia a riscos de crédito moeda e perdas esperadas, relacionados ao contas a receber de clientes e a outras contas, está divulgada na Nota Explicativa nº 29.

7 Cotas em fundos de investimentos em direitos creditórios

| | <u>Controladora</u> | |
|------------------|---------------------|---------------|
| | 2023 | 2022 |
| FIDC Policard II | <u>102.574</u> | <u>66.571</u> |
| | <u>102.574</u> | <u>66.571</u> |

FIDC Policard II (“FIDC II”)

O FIDC Policard II foi constituído em 23 de dezembro de 2011 e iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 2011, sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração. Da mesma forma que o FIDC I, o objetivo do FIDC II é a aplicação em fundos de direitos creditórios provenientes da carteira de titularidade da Companhia contra os devedores pelo uso de cartões para saque e aquisição de produtos e serviços, cujo pagamento é realizado por meio de desconto em benefícios ou em folha de pagamento, por entidades da Federação, tais como União, Distrito Federal, Estados e Municípios, incluindo membros das administrações pública direta ou indireta.

O FIDC II destina-se, especificamente, a receber aplicações de investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 356/2001. A Administração e custódia da carteira do FIDC II foi transferida em 03/2016 para Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sendo gerido pela ASK Gestora de Recursos S.A., e a cobrança realizada pela própria Policard. Os investimentos no FIDC II não são garantidos pela Administradora, pelo cedente nem por mecanismo de seguro, tampouco pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Os cotistas do FIDC II estão expostos à possibilidade de serem chamados a aportar recursos nas situações em que o patrimônio líquido do fundo se torne negativo.

A estrutura de patrimônio do FIDC II, em 31 de dezembro de 2023, é composta de 6.626 mil quotas subordinadas juniores de titularidade da Companhia, no montante de R\$ 102.574 (R\$ 66.571 em 2022), representativas de 100% (100% em 2022) do patrimônio do FIDC II. Em 2020 houve a completa amortização das cotas de mezanino e seniores.

A Companhia atua indiretamente como agente de recebimento dos títulos, mantendo o gerenciamento contínuo da carteira após sua transferência para o FIDC II. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as contas patrimoniais do fundo eram assim compostas:

| | 2023 | 2022 |
|---|----------------|---------------|
| Ativo | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (i) | 26.903 | 7.520 |
| Contas a receber | 75.876 | 59.161 |
| Outros créditos | - | - |
| | <u>102.779</u> | <u>66.681</u> |
| Passivo | | |
| Taxas de administração e gestão a pagar | 205 | 110 |
| Patrimônio líquido | <u>102.574</u> | <u>66.571</u> |
| | <u>102.779</u> | <u>66.681</u> |

(i) Aumento em cotas de fundos de investimento no FIDC II.

A controladora Up Brasil faz cessões de títulos mensais ao fundo de forma periódica, e consequentemente transfere seus direitos creditórios ao fundo. Abaixo seguem os saldos cedidos ao FIDC II em 2023 e 2022:

| | Controladora | |
|--------------------|--------------|--------|
| | 2023 | 2022 |
| Cessões ao FIDC II | 44.200 | 40.866 |

8 Impostos e contribuições a recuperar

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de impostos a recuperar estavam compostos conforme quadro abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| IRRF a recuperar | 111 | 37 | 111 | 37 |
| CSLL a compensar | 2 | 1 | 2 | 1 |
| IRPJ a compensar | 1.422 | 4.743 | 1.422 | 4.743 |
| | <u>1.535</u> | <u>4.781</u> | <u>1.535</u> | <u>4.781</u> |

9 Outros créditos

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Ativo Circulante | | | | |
| Valores a receber de terceiros | 904 | 820 | 904 | 820 |
| Adiantamentos de comissões aos representantes | 485 | 155 | 485 | 155 |
| Depósito / Bloqueio judicial (i) | 12.870 | 11.537 | 12.870 | 11.537 |
| Prêmios de seguros a apropriar | 1.079 | 663 | 1.079 | 663 |
| Adiantamento a fornecedores (ii) | 3.440 | 1.424 | 3.440 | 1.424 |
| Adiantamento a funcionários | 165 | 166 | 165 | 166 |
| Adiantamento CCB Eletrônica | 14 | 49 | 14 | 49 |
| Outros | 20 | 79 | 20 | 79 |
| | <u>18.977</u> | <u>14.893</u> | <u>18.977</u> | <u>14.893</u> |

- (i) R\$ 7.308 referem-se à valores de PIS/COFINS de receitas financeiras depositados judicialmente, cujo processo está classificado como provável perda e, portanto, contingenciado (ver nota explicativa 17). Os demais valores são depósitos trabalhistas, cíveis e bloqueios judiciais ligados a processos cujo prognóstico não exige contingenciamento ou menção.
- (ii) Em 2023 e 2022, refere-se a valores adiantados a fornecedores diversos cujo faturamento se dará posteriormente.

10 Imposto de renda e contribuição social

| | 2023 | | 2022 |
|---------------------------------|----------------|---------------------------------|-----------------|
| Apuração lucro real | | Apuração lucro real | |
| Lucro antes IR/CS | 7.970 | Prejuízo antes IR/CS | (47.239) |
| Adições - despesas indedutíveis | 20.719 | Adições-despesas indedutíveis | 63.389 |
| PLR | 1.272 | PLR | 1.010 |
| Contingências | 15.650 | Contingências | 12.775 |
| Perdas na baixa de intangíveis | - | Perdas na baixa de intangíveis | 46.169 |
| Demais adições | 3.797 | Demais adições | 3.435 |
| Exclusões - Provisões | (34.587) | Exclusões - Provisões | (63.771) |
| PLR | (1.010) | PLR | (1.090) |
| PDD | (4.428) | PDD | (4.652) |
| Contingências | (11.052) | Contingências | (9.730) |
| Amortização diferido sobre ágio | (10.511) | Amortização diferido sobre ágio | (10.511) |
| Amortização bens intangíveis | (5.034) | Amortização bens intangíveis | (36.652) |
| Demais exclusões | (2.552) | Demais exclusões | (1.147) |
| Prejuízo Fiscal | (5.898) | Prejuízo Fiscal | (47.621) |
| Imposto de renda corrente | - | Imposto de renda corrente | - |
| Imposto de renda diferido | (2.704) | Imposto de renda diferido | (4.314) |
| Total | (2.704) | Total | (4.314) |

Em 31 de dezembro de 2023 o crédito tributário foi registrado para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis no valor de (R\$ 2.704) (R\$ 4.314 em 2022), sendo R\$ 870 (R\$ 740 em 2022) referente às diferenças temporárias e (R\$ 3.574) (R\$ 3.574 em 2022) referente ao aproveitamento do diferido sobre o ágio da incorporada CDHI (i).

Movimentação do crédito tributário

| | |
|---|---------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 49.287 |
| Constituição referente diferenças temporárias de 2022 | (740) |
| Amortização Fiscal Ágio (i) | (3.574) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 44.973 |
| Ajuste referente diferenças temporárias exercícios anteriores | 870 |
| Amortização Fiscal Ágio (i) | (3.574) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 42.269 |

- (i) Amortização fiscal do ágio reconhecido na Companhia a partir de dezembro/2019 devido a incorporação reversa da CDHI Brasil Participações Ltda. A Companhia amortizará o valor ao longo de 12 anos (R\$ 3.574 ao ano), sendo o período de 8 anos remanescentes em 31 de dezembro de 2023.

A Administração apresentou Estudo técnico de realização do ativo fiscal diferido elaborado por consultores externos, que consideraram todos os aspectos relevantes do CPC 32 além de análise aprofundada do planejamento orçamentário da Companhia. A opinião do estudo ratifica a expectativa da Companhia de apresentar lucro fiscal suficiente para realização integral do crédito tributário reconhecido sendo:

| Diferido sobre | Compensação em | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | 2031 | Total |
|------------------------|----------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|---------------|
| Ágio | 8 anos | 3.574 | 3.574 | 3.574 | 3.574 | 3.574 | 3.574 | 3.574 | 3.276 | 28.292 |
| Diferenças temporárias | 8 anos | 2.893 | 1.373 | 1.373 | 1.315 | 1.315 | 832 | 832 | 832 | 10.766 |
| Prejuízos fiscais | 6 anos | - | 276 | 464 | 573 | 997 | 902 | - | - | 3.211 |
| | | | | | | | | | | 42.269 |

A Companhia, juntamente com suas controladoras, passou por um processo de reestruturação societária dentro do Grupo UP no qual algumas incorporações ocorreram até 2020. Nesse sentido, de acordo com cada etapa dessa reestruturação e da sinergia operacional já percebida com a simplificação e padronização dos processos, há expectativa de lucro fiscal que possibilitará o aproveitamento dos créditos tributários constituídos.

Nos exercícios findos em 2023 e 2022, o regime de tributação adotado pela Companhia foi o lucro real anual.

11 Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado estão representadas conforme a seguir:

| Controladora e Consolidado | Máquinas e equipamentos | Móveis e utensílios | Equipamentos de informática | Benfeitorias em propr. Terceiros | Veículos | Terminais eletrônicos - POS | Imobilizado em andamento | Direito de uso (i) | Total |
|--|-------------------------|---------------------|-----------------------------|----------------------------------|------------|-----------------------------|--------------------------|--------------------|---------------|
| Custo | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 2.709 | 513 | 928 | 832 | 432 | 6.075 | - | 1.295 | 12.784 |
| Adições | 2.210 | 47 | 192 | - | 623 | 2.161 | - | 1.115 | 6.348 |
| Reclassificação | (494) | - | 476 | - | - | 8 | - | - | (10) |
| Baixas | (39) | (42) | (176) | - | (51) | (569) | - | - | (877) |
| Depreciação no exercício | (1.134) | (95) | (499) | (597) | (166) | (2.557) | - | (1.548) | (6.596) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 3.252 | 423 | 921 | 235 | 838 | 5.118 | - | 862 | 11.649 |
| Adições | 245 | 8 | 92 | - | 188 | - | - | 1.525 | 2.058 |
| Reclassificação | 11 | - | (8) | (1) | - | - | - | - | 2 |
| Baixas (ii) | (2.528) | - | (11) | 2 | (109) | (4.051) | - | - | (6.697) |
| Depreciação no exercício | (712) | (89) | (307) | (220) | (232) | (1.067) | - | (1.210) | (3.837) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 268 | 342 | 687 | 16 | 685 | - | - | 1.177 | 3.175 |

(i) Refere-se aos contratos de aluguel submetidos à aplicação da norma CPC06 (R2) a partir de 2020.

(ii) Em 2023 a Companhia realizou baixas de máquinas, equipamentos e terminais eletrônicos (POS) inerentes à atividade de “correspondente bancário do Bradesco”, produto esse que foi descontinuado nesse mesmo exercício.

Garantias

A Companhia não possui bens dados em garantia para as operações de financiamentos nas modalidades *Leasing*, *CDC* e *FINAME*.

12 Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível estão representadas conforme a seguir:

| Controladora e consolidado | Sistemas e Aplicativos | Software em andamento (i) | Marcas e patentes (ii) | Relacionamento com cliente (ii) | Acordo de não competição (ii) | Total |
|--|------------------------|---------------------------|------------------------|---------------------------------|-------------------------------|---------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 6.570 | 1.431 | 33.198 | 18.002 | 868 | 60.069 |
| Aquisição | 391 | 1.947 | - | - | - | 2.338 |
| Reclassificação | 394 | (394) | - | - | - | - |
| Baixas (iii) | - | - | (31.054) | (15.115) | - | (46.169) |
| Amortização | (2.241) | - | (2.144) | (2.887) | (470) | (7.742) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 5.114 | 2.984 | - | - | 398 | 8.496 |
| Aquisição | - | 2.080 | - | - | - | 2.080 |
| Reclassificação | 2.839 | (3.099) | - | - | - | (260) |
| Baixas | - | (145) | - | - | - | (145) |
| Amortização | (2.129) | - | - | - | (336) | (2.465) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 5.824 | 1.820 | - | - | 62 | 7.706 |

- (i) Refere-se a projetos de melhoria do parque tecnológico da Companhia, como implementação de transação em dispositivos móveis, investimentos na consolidação sistêmica da Companhia e investimento em melhoria nos sistemas ERP e operacionais;
- (ii) Intangíveis incorporados da CDHI Brasil Participações Ltda. referentes aos ativos identificados nas aquisições das ex-controladas Planinvesti Participações Ltda e Empório Card Ltda, ambas já incorporadas pela UP Brasil Adm e Serviços Ltda em 2019, e alocados conforme estudo elaborado com base no CPC 15.
- (iii) A Companhia realizou a baixa dos ativos intangíveis relacionados às marcas Planvale e Valemais (Marcas e Patentes) e Relacionamento com cliente, ativos esses identificados nos PPAs de aquisição das ex-controladas Planinvesti Participações Ltda e Empório Card Ltda.

A Companhia efetua anualmente o teste de redução ao valor recuperável para os ativos intangíveis. Os efeitos decorrentes das perdas por Impairment em 31 de dezembro de 2023 encontram-se descritos acima. Em 2023 não ocorreram eventos que indicassem perda.

13 Fornecedores conveniados

O saldo de fornecedores conveniados refere-se ao valor devido à rede credenciada de estabelecimentos comerciais, relativo aos cartões apresentados para reembolso, cujo pagamento é realizado no prazo contratual, deduzido da receita esperada.

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|---------|-------------|---------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Fornecedores conveniados | 146.885 | 136.970 | 146.885 | 136.970 |
| Total de fornecedores a pagar - Circulante | 146.885 | 136.970 | 146.885 | 136.970 |

14 Créditos não consumidos pelos usuários

Créditos não consumidos pelos usuários referem-se ao valor de emissão dos cartões colocados em circulação e ainda não apresentados para reembolso pelos estabelecimentos comerciais credenciados.

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|--------|-------------|--------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) (i) | 54.391 | 50.675 | 54.391 | 50.675 |
| Cartão Premiação | 5.099 | 9.033 | 5.099 | 9.033 |
| Cartão Presente | 959 | 1.180 | 959 | 1.180 |
| Cartão Combustível | 808 | 1.037 | 808 | 1.037 |
| Cartão Viagem | 554 | 492 | 554 | 492 |
| Cartão Natal | 437 | 225 | 437 | 225 |
| Outros (ii) | 8.711 | 1.172 | 8.711 | 1.172 |
| | 70.959 | 63.814 | 70.959 | 63.814 |

- (i) Refere-se aos valores recebidos de clientes e destinados ao consumo dos usuários do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) na rede de estabelecimentos credenciados.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 refere-se a créditos disponibilizados para clientes pré-pagos cujo faturamento se dá no início do exercício seguinte.

15 Empréstimos e financiamentos

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|--------------|--------|-------------|--------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Banco Bradesco (i) | - | 18 | - | 18 |
| Banco Safra (iii) | - | - | - | - |
| Banco Santander (iv) | - | 590 | - | 590 |
| Banco ABC Brasil (ii) | - | - | - | - |
| Banco Agrícola Brasil (ii) | - | 10.000 | - | 10.000 |
| | - | 10.608 | - | 10.608 |
| Passivo circulante | - | 608 | - | 608 |
| Passivo não circulante | - | 10.000 | - | 10.000 |

- (i) Saldos devedores de contratos de leasing financeiro firmados para aquisição de ativos imobilizados, com prazos que variam de 36 a 48 meses.
(ii) Saldo devedor em conta garantida.
(iii) Saldo devedor referente a leasing POS, com prazo de 36 meses.
(iv) Projeto de inovação do parque tecnológico.

Os empréstimos e os financiamentos estão garantidos por avais da diretoria, caução de recebíveis e para as operações de *Leasing*, *CDC* e *FINAME* aval e alienação fiduciária.

A Companhia não possui nenhum contrato de empréstimo e financiamento contendo cláusula restritiva (*covenants*) ou obrigações contratuais vinculadas.

16 Salários, provisões e encargos sociais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os salários, provisões e encargos sociais estavam assim representadas:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-------|-------------|-------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Salários e ordenados | 16 | 827 | 16 | 827 |
| Encargos sociais sobre salários e ordenados | 1.718 | 1.523 | 1.718 | 1.523 |
| Férias e encargos sociais | 4.758 | 4.453 | 4.758 | 4.453 |
| | 6.492 | 6.803 | 6.492 | 6.803 |

17 Contingências

A Companhia possui processos de naturezas cível e trabalhista, todos em razão do curso normal das operações. Veja política contábil na nota 4 (g). A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência, em que considera suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso, como segue:

| | 2022 | Constituição | Baixa | Reversão | 2023 |
|---------------------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|---------------|
| Trabalhistas | 738 | 288 | (319) | (293) | 414 |
| Cíveis (i) | 18.312 | 16.034 | (6.169) | (4.107) | 24.070 |
| Tributárias (ii) | 8.748 | 902 | - | (60) | 9.591 |
| Provisão contrato oneroso (iii) | 1.105 | - | (1.105) | - | - |
| | <u>28.904</u> | <u>17.225</u> | <u>(7.593)</u> | <u>(4.461)</u> | <u>34.075</u> |

- (i) O aumento no saldo de processos cíveis contingenciados se deve à crescente relacionada aos litígios do Produto saque, em decorrência da quantidade de novos processos, bem como alteração de prognóstico de perda para os já existentes, face aos desfechos desfavoráveis de processos semelhantes ao longo do exercício de 2022 e 2023.
- (ii) Referem-se à processos tributários, sendo R\$ 7.308 (R\$ 6.401 em 2022) relacionados à PIS/Cofins sobre receitas financeiras depositados judicialmente e suas atualizações, visto que o processo judicial encontra-se ativo e R\$ 2.283 relacionados ao processo de ISS de São Paulo (obrigações acessórias), sendo que conforme acordo de compra e venda parte do valor (524k) é de responsabilidade dos antigos acionistas.
- (iii) Baixa completa da provisão referente à aplicação do CPC 25 ao contrato firmado com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), cujos custos para cumprimento e continuidade na prestação do serviço superam as receitas esperadas;

Processos judiciais e administrativos não provisionados

A Companhia possui processos judiciais de naturezas trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para os quais não há provisão constituída. O montante classificado como possível em 2023 monta R\$ 11.738 (R\$ 12.275 em 2022) referente a processos cíveis, R\$ 292 (R\$ 104 em 2022) referente a processos trabalhistas e R\$ 29.010 (R\$ 29.010 em 2022) referente a processos fiscais.

O valor de R\$ 29.010 classificado como perda possível em contingências fiscais é composto por dois processos administrativos de ISS emitidos pela Prefeitura de São Paulo. A Companhia protocolou recurso ordinário em fevereiro/2021, e em outubro/2021 aderiu ao PPI/SP (Programa de parcelamento Incentivado), liquidando os Autos de Infração relacionados às receitas que estavam classificadas como Perda Provável e Perda Possível.

Quanto aos autos restantes, em 2022 encerrou-se a fase administrativa e iniciou a judicial, cuja movimentação encontra-se relatada abaixo:

- abril/2022 foi protocolado o “procedimento cautelar” com liminar, dando inicial à fase judicial;
- junho/2022, protocolou-se a emenda à inicial (Ação principal);
- outubro/2022 o cartório certificou a intempestividade da contestação da PMSP juntada nos autos da Anulatória;
- novembro/2022 a Up peticionou requerendo o julgamento antecipado da lide ante a Revelia da PMSP;
- dezembro/2022 o juiz encerrou a fase instrutória (não houve interesse das partes em novas provas) e abriu prazo para alegações finais. A PMSP em virtude da perda do prazo de contestação já havia se antecipado e apresentou-a em dezembro/22, e a Up apresentou as alegações finais em janeiro/2023.
- Em 2023 o juiz manifestou com pedido de perícia sendo este o status atual para o exercício;

A Companhia também possui causas cíveis ativas no montante de R\$ 14.226 (R\$ 20.353 em 2022) cuja probabilidade de ganho é considerada como provável pelos seus assessores jurídicos.

A Companhia constituiu garantia financeira em processos cuja motivação é anterior à administração da Companhia UP.

| | Controladora e Consolidado | |
|--------------------------|-----------------------------------|-------------|
| | 2023 | 2022 |
| Ações judiciais fiscais | 524 | 524 |
| | 524 | 524 |
| Ativo não circulante (i) | 524 | 524 |

- (i) Refere-se à parte atribuída aos sócios egressos da Companhia por se tratarem de causas cuja motivação é anterior à administração do Grupo UP. O montante de R\$ 524 (R\$ 524 em 2022) refere-se a causas fiscais e foi registrado no ativo circulante em conta de Garantia Financeira e não impacta o resultado da Companhia.

18 Impostos e contribuições a recolher

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|--------------|--------------------|--------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| ISS a recolher | 147 | 210 | 147 | 210 |
| PIS a recolher | 98 | 78 | 98 | 78 |
| COFINS a recolher | 452 | 358 | 452 | 358 |
| ICMS a recolher | 3 | 2 | 3 | 2 |
| PIS s/ receita financeira | 87 | 42 | 87 | 42 |
| COFINS s/ receita financeira | 540 | 256 | 540 | 256 |
| IRRF retido a recolher | 20 | 24 | 20 | 24 |
| PCC retido a recolher | 70 | 66 | 70 | 66 |
| IRRF - Auto retenção | 13 | 13 | 13 | 13 |
| Total Impostos e contribuições a recolher | 1.430 | 1.049 | 1.430 | 1.049 |

19 Outros débitos e valores

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Contas a pagar - suprimentos | 2.702 | 1.471 | 2.702 | 1.471 |
| Provisão de contas a pagar (i) | 6.261 | 6.476 | 6.261 | 6.476 |
| Repasse de comissão - seguros | 1.005 | 708 | 1.005 | 708 |
| Arrendamento (ii) | 1.198 | 1.197 | 1.198 | 1.197 |
| Créditos de saque a ceder (iii) | 4.919 | 18.304 | 4.919 | 18.304 |
| Outros credores diversos | 3.713 | 1.173 | 3.917 | 1.283 |
| Repasse de comissão - multibenefícios | 6 | - | 6 | - |
| | <u>19.804</u> | <u>29.329</u> | <u>20.008</u> | <u>29.439</u> |

- (i) Refere-se a saldos a pagar para fornecedores diversos provisionados conforme período de competência.
- (ii) Refere-se aos contratos de aluguel submetidos à aplicação da norma CPC06 (R2).
- (iii) Refere-se receitas do Produto Saque que serão cedidas ao FIDC (Fundo de direitos creditórios) no próximo exercício.

20 Garantia de investimentos

Conforme contrato de compra e venda celebrado entre a incorporada CDHI e os vendedores da Planinvesti Participações Ltda., as partes se comprometeram a manter aplicado em fundo de investimentos parte do valor de aquisição como garantia de obrigações assumidas pelos vendedores. O saldo da garantia para a Planinvesti Participações Ltda. em 2023 era de R\$ 13.123 (R\$ 11.853 em 2022) e a movimentação ocorrida na Companhia, incorporadora da CDHI está detalhada abaixo.

| | |
|--|---------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 11.853 |
| Resgate | (227) |
| Rendimentos | 1.497 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 13.123 |

21 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 2023 e 2022, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e as suas relacionadas, para os respectivos tipos de operações:

a. Transações e saldos

| Controladora e Consolidado | 2023 | | | | 2022 | | | |
|--|-------|-----------|---------|-----------|-------|-----------|---------|-----------|
| | Ativo | (Passivo) | Receita | (Despesa) | Ativo | (Passivo) | Receita | (Despesa) |
| Cost Sharing (i) | | | | | | | | |
| FBR Soluções e Participações S.A. (controladora direta) | - | (8) | - | (8) | - | (4) | 146 | (28) |
| Up Groupe Invest Participações Ltda. (controladora indireta) | - | (107) | - | (2.202) | - | (271) | - | (2.860) |
| Royalties (ii) | | | | | | | | |
| Up Groupe Invest Participações Ltda. (controladora indireta) | - | (124) | - | (1.316) | - | (131) | - | (1.278) |
| Mútuo (iii) | | | | | | | | |
| FBR Soluções e Participações S.A. (controladora direta) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| UP Groupe Invest Participações Ltda. (controladora indireta) | - | (3.356) | - | (162) | - | (3.194) | - | (155) |
| C.D Holding Internationale AS. (controladora indireta) | - | - | - | (516) | - | (8.750) | - | (934) |
| Consultoria França (iv) | | | | | | | | |
| C.D Holding Internationale AS. (controladora indireta) | - | (915) | - | (3.950) | - | (527) | - | (3.384) |
| Garantias (v) | | | | | | | | |
| Sócios egressos | 524 | (13.123) | - | - | 524 | (11.853) | - | - |
| Circulante | - | (1.154) | - | - | - | (933) | - | - |
| Não circulante | - | (3.356) | - | - | - | (11.944) | - | - |

- (i) Em setembro de 2016 foi celebrado o contrato de cost sharing, o qual refere-se ao rateio das despesas operacionais da controladora FBR Soluções Participações S.A. entre a empresa operacional da Companhia UP Brasil. Em janeiro de 2019 foi celebrado contrato de rateio (cost sharing) entre a UP Groupe Invest e a UP Brasil.
- (ii) Contrato de royalties com a empresa Up Groupe Invest Participações Ltda.
- (iii) Contrato de mútuo firmado com a empresa FBR Soluções e Participações S.A com juros remuneratórios a uma taxa fixa de 1% ao mês pró-rata dia sobre valor do saldo devedor. O contrato foi quitado em dezembro de 2021. Contrato de mútuo entre Up Groupe e Up Brasil à taxa de 5% ao ano. Em novembro de 2021 foi firmado novo contrato de mútuo com a CD Holding Internationale com taxa 12% ao ano, que foi liquidado em novembro de 2023.
- (iv) Em janeiro de 2017 foi firmado contrato de consultoria e gestão com a C.D Holding Internationale SAS.
- (v) O saldo de ativo, refere-se à parte atribuída aos sócios egressos da Companhia por se tratar de causas judiciais cuja motivação é anterior à administração da Companhia. No passivo, conforme contrato de compra e venda celebrado entre a CDHI Brasil Participações Ltda. e os vendedores da Planinvesti Participações Ltda., as partes se comprometeram a manter aplicado em fundo de investimentos parte do valor de aquisição como garantia de obrigações assumidas pelos vendedores.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os representantes legais dos acionistas os diretores e os gerentes. A Companhia é administrada pelas holdings e seus administradores são pagos através de rateio de despesas (cost-sharing). Já os gerentes e diretores que não estão alocados nas holdings foram remunerados pela Companhia no montante de R\$ 6.927 (R\$ 6.304 em 2022).

c. Benefício a empregados

A Companhia não possui plano de benefício pós-emprego (previdência complementar) e concede aos seus funcionários os benefícios mínimos garantidos pela CLT e pelos acordos coletivos firmados com os sindicatos, tais como: seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida, participação nos resultados, etc.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia era composto conforme quadro abaixo:

| | | <u>Participação acionária</u> | |
|----------------------------------|--------|-------------------------------|--------------------|
| | País | Participação | Valor (em R\$) |
| FBR Soluções Participações Ltda. | Brasil | 99,999999% | 139.245.920 |
| Alexandre Yves René Perez | França | 0,000001% | <u>1</u> |
| | | | 139.245.921 |

Em fevereiro de 2021, através da 39ª Alteração contratual, o sócio minoritário da Companhia Alexandre René Yves Perez deixa a sociedade, transferindo a única cota que detinha para a FBR Soluções e Participações S.A. A Companhia passa, então, a ser uma sociedade limitada unipessoal.

Em dezembro de 2021 houve aumento de capital no valor de R\$ 8.000 composto por 8.000.000 de novas cotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia estava composto e sumarizado como segue:

| | | <u>Participação acionária</u> | |
|---------------------------------|--------|-------------------------------|--------------------|
| | País | Participação | Valor (em R\$) |
| FBR Soluções Participações S.A. | Brasil | 100% | <u>147.245.921</u> |
| | | | 147.245.921 |

Em dezembro de 2022 a controladora FBR Soluções e Participações S.A. aumentou o capital da Companhia investida no valor de R\$ 7.700, composto por 7.700.000 de novas cotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Em dezembro de 2022, o capital social da Companhia estava composto e sumarizado como segue:

| Participação acionária | | | |
|---------------------------------|-------------|---------------------|-----------------------|
| | País | Participação | Valor (em R\$) |
| FBR Soluções Participações S.A. | Brasil | 100% | 154.945.921 |
| | | | 154.945.921 |

Em 2023 a Companhia não passou por alterações no capital social, e, portanto, permanece conforme composto e sumarizado abaixo:

| Participação acionária | | | |
|---------------------------------|-------------|---------------------|-----------------------|
| | País | Participação | Valor (em R\$) |
| FBR Soluções Participações S.A. | Brasil | 100% | 154.945.921 |
| | | | 154.945.921 |

b. Dividendos

Conforme estabelecido no Contrato Social da Companhia, os lucros devem ser destinados segundo decisão dos sócios, de forma proporcional às suas participações no Capital Social da Companhia. Para o ano encerrado em dezembro de 2023, a Companhia não distribuiu dividendos, visto que mesmo obtendo lucro anual a Companhia ainda apresenta um saldo de prejuízos acumulados a compensar.

23 Receita operacional

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------|--------------------|-------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Receita bruta de serviços | 110.786 | 120.734 | 147.767 | 149.531 |
| (-) Impostos e deduções sobre serviços: | | | | |
| Descontos incondicionais concedidos (i) | (17.341) | (32.524) | (17.341) | (32.524) |
| ISS | (2.149) | (2.366) | (2.149) | (2.366) |
| PIS | (1.507) | (1.416) | (1.507) | (1.416) |
| COFINS | (6.940) | (6.524) | (6.940) | (6.524) |
| Receita líquida de serviços | 82.849 | 77.904 | 119.830 | 106.701 |

- (i) Diminuição expressiva na linha de descontos incondicionais concedidos devido a nova Lei do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) publicada em agosto de 2023.

24 Custos dos serviços prestados

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Infraestrutura de Tecnologia | (1.852) | (3.359) | (1.852) | (3.359) |
| Telefonia | (133) | (151) | (133) | (151) |
| Links e comunicação com POS | (6.348) | (6.713) | (6.348) | (6.713) |
| Estrutura de Concessionárias | (9.117) | (8.194) | (9.117) | (8.194) |
| Impressos | (175) | (108) | (175) | (108) |
| Confecção de cartão | (1.070) | (1.119) | (1.070) | (1.119) |
| Manutenção de POS | (1.448) | (1.712) | (1.448) | (1.712) |
| Data Center | (2.521) | (1.909) | (2.521) | (1.909) |
| Tarifa de serviços - Banco 24 Horas | (539) | (1.313) | (539) | (1.313) |
| Ente Consignante | (283) | (273) | (283) | (273) |
| Credenciamentos | (1.124) | (2.254) | (1.124) | (2.254) |
| Aluguel CPTM (i) | (4.260) | (7.243) | (4.260) | (7.243) |
| Seguro/Fiança | (971) | (858) | (971) | (858) |
| Outros custos | (5.884) | (889) | (5.884) | (889) |
| | <u>(35.725)</u> | <u>(36.095)</u> | <u>(35.725)</u> | <u>(36.095)</u> |

- (i) Aumento expressivo se deve à aplicação de índice de correção acima da inflação em 2022 e é motivo de discussão judicial e provisão de contingência para contrato oneroso, conforme mencionado na nota explicativa 17.

25 Despesas com pessoal

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Remunerações e encargos | (32.906) | (31.071) | (32.907) | (31.071) |
| Benefícios | (5.686) | (5.328) | (5.685) | (5.328) |
| Férias e encargos | (3.466) | (3.737) | (3.466) | (3.737) |
| 13º salário e encargos | (2.138) | (2.582) | (2.138) | (2.582) |
| Participação no resultado | (1.253) | (1.116) | (1.253) | (1.116) |
| | <u>(45.449)</u> | <u>(43.834)</u> | <u>(45.449)</u> | <u>(43.834)</u> |

26 Despesas gerais e administrativas

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Provisão para perdas esperadas | (4.207) | (2.857) | (5.372) | (261) |
| Despesas comerciais | (5.260) | (4.265) | (5.260) | (4.265) |
| Despesas operacionais | (4.483) | (3.630) | (4.483) | (3.630) |
| Assessoria e consultoria | (6.271) | (5.673) | (6.271) | (5.673) |
| Despesas prediais e de ocupação | (1.178) | (952) | (1.178) | (952) |
| Manutenção e conservação de bens | (452) | (487) | (452) | (487) |
| Comunicação | (240) | (252) | (240) | (252) |
| Auditoria | (535) | (472) | (535) | (472) |
| Serviços de terceiros | (90) | (354) | (90) | (354) |
| Despesas bancárias | (132) | (141) | (132) | (141) |
| Serviços do sistema financeiro | - | - | (1.165) | (880) |
| Impostos e taxas | (680) | (476) | (679) | (476) |
| Materiais de escritório | (87) | (139) | (87) | (137) |
| Royalties (nota explicativa 21) | (1.316) | (1.278) | (1.316) | (1.278) |
| Custo com holdings (nota explicativa 21) | (2.210) | (2.888) | (2.210) | (2.888) |
| Serviços administrativos CD Holding (nota explicativa 21) | (3.950) | (3.834) | (3.950) | (3.834) |
| | <u>(31.091)</u> | <u>(27.698)</u> | <u>(33.420)</u> | <u>(25.981)</u> |
| PDD | (4.207) | (2.857) | (5.372) | (261) |
| Despesas administrativas | (64.912) | (25.822) | (66.076) | (26.701) |

27 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Ganho na venda de imobilizado | 237 | 161 | 237 | 161 |
| Receitas com partes relacionadas (nota explicativa 21) | - | 146 | - | 146 |
| Receita garantia financeira | - | 315 | - | 315 |
| Recuperação crédito de impostos | 2.149 | 5.406 | 2.149 | 5.406 |
| Outras receitas | <u>86</u> | <u>848</u> | <u>95</u> | <u>855</u> |
| Subtotal - Outras receitas | <u>2.472</u> | <u>6.876</u> | <u>2.481</u> | <u>6.883</u> |
| Provisão para contingências | (5.703) | (6.076) | (5.703) | (6.076) |
| Perdas com causas judiciais | (8.351) | (6.415) | (8.351) | (6.415) |
| Provisão para contrato oneroso (i) | 1.105 | 1.942 | 1.105 | 1.942 |
| Despesa com aquisição de carteiras | (16) | (54) | (16) | (54) |
| Perda com alienação de imobilizado | (2.442) | (431) | (2.442) | (431) |
| Perda na baixa de intangíveis (ii) | - | (46.169) | - | (46.169) |
| Contribuições e doações | (31) | (33) | (31) | (33) |
| Perdas indedutíveis | (203) | (395) | (203) | (395) |
| Outras despesas (iii) | <u>444</u> | <u>(2.303)</u> | <u>444</u> | <u>(2.303)</u> |
| Subtotal - Outras despesas | <u>(15.197)</u> | <u>(59.933)</u> | <u>(15.197)</u> | <u>(59.933)</u> |
| Total - Outras receitas (despesas) líquidas | <u>(12.725)</u> | <u>(53.057)</u> | <u>(12.716)</u> | <u>(53.050)</u> |

- (i) Refere-se à aplicação do CPC 25 ao contrato firmado com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) cujos custos para cumprimento e continuidade na prestação do serviço superam as receitas esperadas. Em 2023 foi revertida por completo a provisão do contrato oneroso (R\$ 1.105);
- (ii) Em 2022 foi realizada a baixa dos intangíveis incorporados da CDHI Brasil Participações Ltda. referentes aos ativos Relacionamentos com clientes (R\$ 15.115) e Marcas e Patentes (R\$ 31.054) identificados nas aquisições das ex-controladas Planinvesti Adm e Serviços Ltda e Empório Card Ltda Após avaliação e análise minuciosa de sua carteira de clientes atual, a Companhia entendeu não haver mais benefício econômico na manutenção destes bens intangíveis.
- (iii) Em 2023 resultado positivo devido a reversões de provisão.

28 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Receita líquida antecipação serviços | 19.648 | 20.586 | 19.648 | 20.586 |
| Receita de aplicação financeira (i) | 39.033 | 32.821 | 3.030 | 1.619 |
| Juros ativos (ii) | 1.380 | 1.694 | 1.380 | 1.694 |
| Rendimentos sobre cotas do fundo de renda fixa | - | - | 1.226 | 580 |
| Receitas financeiras com partes relacionadas (nota explicativa 21) | 11 | 22 | 11 | 22 |
| Atualização de créditos fiscais | 863 | 1.514 | 863 | 1.514 |
| Descontos obtidos | 5 | 75 | 5 | 75 |
| Variação cambial ativa (iii) | 90 | 1.191 | 90 | 1.191 |
| Outras receitas financeiras | - | - | 117 | 106 |
| (-) PIS/Cofins sobre receitas financeiras | (1.977) | (1.764) | (1.977) | (1.764) |
| Subtotal - receitas financeiras | 59.053 | 56.139 | 24.393 | 25.623 |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | (1.378) | (3.484) | (1.378) | (3.484) |
| Despesas financeiras com partes relacionadas (nota explicativa 21) | (678) | (1.089) | (678) | (1.089) |
| IOF | (210) | (278) | (210) | (278) |
| Descontos concedidos | (195) | (1.161) | (196) | (1.161) |
| Juros passivos | (26) | (38) | (26) | (38) |
| Multas | (16) | (10) | (16) | (10) |
| Variação cambial passiva | (12) | - | (12) | - |
| Juros sobre arrendamento (CPC06) | (127) | (199) | (127) | (199) |
| Outras despesas financeiras | - | (1) | - | (6) |
| Subtotal - despesas financeiras | (2.642) | (6.260) | (2.643) | (6.265) |
| Total - Receitas (despesas) financeiras, líquidas | 56.411 | 49.879 | 21.750 | 19.358 |

- (i) O saldo de receita de aplicação financeira da controladora inclui R\$ 36.003 (R\$ 31.202 em 2022) de rendimentos sobre as quotas do FIDC II.
- (ii) Referem-se a juros cobrados de títulos em atraso do contas a receber resultante de ações de cobrança intensificadas em 2023 e 2022.
- (iii) Em 2022 variação cambial referente ao pagamento das invoices de Consultoria CD. Holding referentes a 2019, 2020, 2021 (nota explicativa 21).

29 Gerenciamento de riscos

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos através de seu uso de instrumentos financeiros:

- Riscos de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Esta nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada tipo de risco mencionado acima, os objetivos da Companhia, as políticas e os procedimentos para mensuração e gerenciamento de riscos, assim como a gestão de capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento reportam-se regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e de seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e as suas obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com as suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros, conforme apresentado abaixo.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

| | | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|---|------|---------------------|----------------|--------------------|----------------|
| | Nota | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Ativo | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 67.224 | 36.609 | 93.132 | 43.250 |
| Ativos financeiros | 5 | 14.462 | 13.203 | 15.637 | 14.082 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 105.189 | 161.779 | 181.064 | 220.940 |
| Fundos de investimentos em direitos creditórios | 7 | 102.574 | 66.571 | - | - |
| Outros créditos | 9 | 18.977 | 14.893 | 18.977 | 14.893 |
| | | <u>308.606</u> | <u>293.055</u> | <u>308.810</u> | <u>293.165</u> |
| Circulante | | 308.606 | 293.055 | 308.810 | 293.165 |

Contas a receber de clientes

Agindo de forma preventiva quando da concessão de créditos aos clientes, a exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Porém, a Administração da Companhia também considera os riscos por região, através de históricos de créditos com liquidação duvidosa. Dessa forma, a Administração estabeleceu políticas de créditos sob as quais cada novo cliente é analisado, visando a um tratamento adequado para diversas situações identificadas, tendo por base uma análise de crédito eficaz.

Por sua vez, para o gerenciamento dos riscos de crédito dos recebíveis já constituídos, a companhia efetuou aplicação da abordagem simplificada do modelo prospectivo de perdas esperadas, consoante com o CPC 48. Além disso, a Companhia busca pulverizar suas receitas através de seu portfólio de clientes, não existindo concentrações relevantes em clientes específicos.

Garantias

Para algumas operações do contas a receber da Companhia, que estão em atraso, foram apresentadas garantias reais, reduzindo o risco de crédito destas operações.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Alta Administração, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, além de manter espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou as cláusulas dos empréstimos (quando aplicáveis) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão considera os planos de financiamento da dívida da Companhia, o cumprimento de cláusulas, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

| Controladora | | | |
|---|--------------------------------------|----------------------|---------------------------|
| 2023 | Fluxo de caixa contratual | Até 1 ano | Acima de 1 ano |
| Passivos financeiros | | | |
| Fornecedores conveniados | 146.885 | 146.885 | - |
| Crédito não consumidos pelos usuários | 70.959 | 70.959 | - |
| Obrigações sociais | 6.492 | 6.492 | - |
| Obrigações fiscais | 1.430 | 1.430 | - |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | - |
| Valores a pagar com partes relacionadas | 4.511 | 240 | 4.271 |
| Outros débitos e valores | 19.804 | 19.804 | - |
| | 250.081 | 245.810 | 4.271 |
| 2022 | | | |
| Passivos financeiros | | | |
| Fornecedores conveniados | 136.970 | 136.970 | - |
| Créditos não consumidos pelos usuários | 63.814 | 63.814 | - |
| Obrigações sociais | 6.803 | 6.803 | - |
| Obrigações fiscais | 1.049 | 1.049 | - |
| Empréstimos e financiamentos | 10.608 | 608 | 10.000 |
| Valores a pagar com partes relacionadas | 12.878 | 934 | 11.944 |
| Outros débitos e valores | 29.329 | 29.329 | - |
| | 261.451 | 239.507 | 21.944 |
| Consolidado | | | |
| 2023 | Fluxo de caixa contratual | Até 1 ano | Acima de 1 ano |
| Passivos financeiros | | | |
| Fornecedores conveniados | 146.885 | 146.885 | - |
| Crédito não consumidos pelos usuários | 70.959 | 70.959 | - |
| Obrigações sociais | 6.492 | 6.492 | - |
| Obrigações fiscais | 1.430 | 1.430 | - |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | - |
| Valores a pagar com partes relacionadas | 4.511 | 240 | 4.271 |
| Outros débitos e valores | 19.804 | 19.804 | - |
| | 250.081 | 245.810 | 4.271 |
| 2022 | | | |
| Passivos financeiros | | | |
| Fornecedores conveniados | 136.970 | 136.970 | - |
| Créditos não consumidos pelos usuários | 63.814 | 63.814 | - |
| Obrigações sociais | 6.803 | 6.803 | - |
| Obrigações fiscais | 1.049 | 1.049 | - |
| Empréstimos e financiamentos | 10.608 | 608 | 10.000 |
| Valores a pagar com partes relacionadas | 12.878 | 934 | 11.944 |
| Outros débitos e valores | 29.439 | 29.439 | - |
| | 261.561 | 239.617 | 21.944 |

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ser realizados antecipadamente.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. Pelo perfil do risco da atividade de concessão, a Companhia não possui operações de derivativos.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia procura manter sua exposição à mudança de taxas de juros em níveis aceitáveis. A exposição a este risco está relacionada a empréstimos e financiamentos e a aplicações financeiras.

A Companhia não realizou a análise de sensibilidade para este risco, já que a maioria desses passivos está vinculada à taxa de juros prefixada, e compreende que qualquer mudança em passivos e ativos financeiros vinculados à taxa de juros fixa seria compensada entre si e produziria efeito no resultado irrelevante.

Gestão de capital

A política da Companhia em manter uma base sólida de capital resulta na confiabilidade dos investidores, dos credores e do mercado, assim como solidifica alicerces para o desenvolvimento de negócios futuros. O constante monitoramento do retorno de capital e o zelo pela política de distribuição de dividendos são práticas consagradas em respeito ao acionista e ao empreendimento administrado.

Ao administrar seu capital, os objetivos da Companhia são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, capaz de promover a otimização dos custos incorridos.

Risco operacional

Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos da Companhia, assim como aos colaboradores, à tecnologia e à infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios.

O objetivo da Companhia é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e os danos à reputação das empresas, mediante procedimentos e políticas alinhados às atividades e aos negócios da Companhia.

A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da Alta Administração da Companhia, sendo auxiliada pela recém-implementada Auditoria Interna, sobretudo quanto a revisões periódicas dos controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e o funcionamento adequados.

b. Demonstração dos ativos e passivos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme quadros abaixo:

| Controladora | | | | |
|---|-------------|--|-------------------------------------|---------------------------------------|
| 2023 | | | | |
| | Nota | Valor justo por meio do resultado | Ativos pelo custo amortizado | Passivos pelo custo Amortizado |
| Ativos | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | - | 67.224 | - |
| Ativos financeiros | 5 | 14.642 | - | - |
| Contas a receber de clientes | 6 | - | 105.189 | - |
| Fundos de investimentos em direitos creditórios | 7 | 102.574 | - | - |
| Outros créditos | 9 | - | 18.977 | - |
| Passivos | | | | |
| Fornecedores | 13 | - | - | (146.885) |
| Empréstimos e financiamentos | 15 | - | - | - |
| Valores a pagar a partes relacionadas | 21 | - | - | (4.511) |
| Outros débitos e valores | 19 | - | - | (20.008) |
| Total | | 117.216 | 191.390 | 171.404 |

| Controladora | | | | |
|---|-------------|--|-------------------------------------|---------------------------------------|
| 2022 | | | | |
| | Nota | Valor justo por meio do resultado | Ativos pelo custo amortizado | Passivos pelo custo amortizado |
| Ativos | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | - | 36.609 | - |
| Ativos financeiros | 5 | 13.203 | - | - |
| Contas a receber de clientes | 6 | - | 161.779 | - |
| Fundos de investimentos em direitos creditórios | 7 | 66.571 | - | - |
| Outros créditos | 9 | - | 14.893 | - |
| Passivos | | | | |
| Fornecedores | 13 | - | - | (136.970) |
| Empréstimos e financiamentos | 15 | - | - | (10.608) |
| Valores a pagar a partes relacionadas | 21 | - | - | (12.878) |
| Outros débitos e valores | 19 | - | - | (29.439) |
| | | 79.774 | 213.281 | (189.895) |

| Consolidado | | | | |
|---------------------------------------|-------------|--|---|---|
| 2023 | | | | |
| | Nota | Valor justo por meio do resultado | Ativos pelo custo amortizado | Passivos pelo custo amortizado |
| Ativos | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | - | 93.132 | - |
| Ativos financeiros | 5 | 15.637 | - | - |
| Contas a receber de clientes | 6 | - | 181.064 | - |
| Outros créditos | 9 | - | 18.977 | - |
| Passivos | | | | |
| Fornecedores | 13 | - | - | (146.885) |
| Empréstimos e financiamentos | 15 | - | - | - |
| Valores a pagar a partes relacionadas | 21 | - | - | (4.511) |
| Outros débitos e valores | 19 | - | - | (20.008) |
| Total | | 15.637 | 293.173 | (171.404) |

| Consolidado | | | | |
|---------------------------------------|-------------|--|---|---|
| 2022 | | | | |
| | Nota | Valor justo por meio do resultado | Ativos pelo custo amortizado | Passivos pelo custo amortizado |
| Ativos | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | - | 43.250 | - |
| Ativos financeiros | 5 | 14.082 | - | - |
| Contas a receber de clientes | 6 | - | 220.940 | - |
| Outros créditos | 9 | - | 14.893 | - |
| Passivos | | | | |
| Fornecedores | 13 | - | - | (136.970) |
| Empréstimos e financiamentos | 15 | - | - | (10.608) |
| Valores a pagar a partes relacionadas | 21 | - | - | (12.878) |
| Outros débitos e valores | 19 | - | - | (29.439) |
| | | 14.082 | 279.083 | (189.895) |

Durante o exercício não houve alterações em relação às classificações apresentadas no quadro acima.

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo, apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

| Controladora | | | | | |
|---|-------------|-------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| | Nota | Valor contábil em 2023 | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
| Ativos financeiros | 5 | 14.642 | - | 14.642 | - |
| Fundos de investimentos em direitos creditórios | 7 | 102.574 | - | 102.574 | - |
| | Nota | Valor contábil em 2022 | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
| Ativos financeiros | 5 | 13.203 | - | 13.203 | - |
| Fundos de investimentos em direitos creditórios | 7 | 66.571 | - | 66.571 | - |
| Consolidado | | | | | |
| | Nota | Valor contábil em 2023 | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
| Ativos financeiros | 5 | 15.637 | - | 15.637 | - |
| | Nota | Valor contábil em 2022 | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
| Ativos financeiros | 5 | 14.082 | - | 14.082 | - |

30 Eventos subsequentes

A Administração da Companhia ressalta sobre as novas vertentes trazidas na nova Lei do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) em 2023. Questões como a interoperabilidade e portabilidade têm o potencial de provocar impactos significativos na economia e no futuro das empresas de benefícios quanto ao modelo de negócio.

A introdução de requisitos de interoperabilidade entre os diferentes fornecedores de benefícios alimentares, juntamente com a facilitação da portabilidade dos créditos de alimentação, está projetada para promover uma maior concorrência e eficiência no mercado de benefícios. Essas mudanças podem resultar em uma maior escolha e flexibilidade para os trabalhadores, permitindo-lhes acessar uma variedade mais ampla de opções de benefícios.

Por outro lado, as empresas de benefícios enfrentarão desafios adicionais para se adaptar a essas novas exigências legais, incluindo investimentos em tecnologia e processos para garantir a conformidade e a integração adequada dos sistemas. No entanto, espera-se que, a longo prazo, tais medidas possam impulsionar a inovação e o crescimento no setor de benefícios, resultando em benefícios econômicos tanto para a Companhia quanto para os trabalhadores e usuários dos nossos serviços.

* * *

Diretoria

Alexandre Nani
Diretor Financeiro

Thomas Pillet
Diretor Geral

Controladoria

Yalis Kluska Rosa Donini
Contadora CRC-SP-1SP258872/O-7